

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.798.620 - MG (2019/0050346-9)

RELATOR : MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
AGRAVANTE : EMA EMPREENDIMENTOS LTDA
ADVOGADO : RAPHAEL MOURAO DE AZEVEDO E OUTRO(S) -
MG105121
AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL

EMENTA

PROCESSO CIVIL. TRIBUTÁRIO. DÍVIDA ATIVA. IRPJ. PRAZO PRESCRICIONAL. ART. 40 DA LEI N. 6.830/80. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. INEXISTÊNCIA. PRETENSÃO DE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. ALEGAÇÃO DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. IDENTIDADE ENTRE OS PARADIGMAS. AUSÊNCIA. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA DO STJ.

I - Trata-se, na origem, de execução fiscal relativa à cobrança de imposto de renda de pessoa jurídica. Na sentença, julgou-se extinta a execução em virtude do reconhecimento da prescrição intercorrente. No Tribunal *a quo*, a sentença foi reformada afastando a prescrição intercorrente mantendo a cobrança do crédito tributário.

II - Verifica-se que a irresignação da recorrente, acerca da consumação da prescrição, vai de encontro às convicções do julgador *a quo*, que, com lastro no conjunto probatório constante dos autos, decidiu que o processo não ficou paralisado por cinco anos, tendo a Fazenda Nacional atendido a todas as intimações do juízo. Ademais, conforme contou do aresto recorrido, "conquanto tenha havido despacho determinando a suspensão dos presentes autos, até a data da sentença não transcorreu o prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1 e 4, da Lei n. 6.830/80, restando afastada a prescrição intercorrente." Dessa forma, para rever tal posição e interpretar os dispositivos legais indicados como violados, seria necessário o reexame desses mesmos elementos fático-probatórios, o que é vedado no âmbito estreito do recurso especial. Incide na hipótese a Súmula n. 7/STJ.

III - Quanto à alegada divergência jurisprudencial, verifico que a incidência do Óbice Sumular n. 7/STJ impede o exame do dissídio, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados.

IV - Agravo interno improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de

Superior Tribunal de Justiça

Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros Herman Benjamin, Og Fernandes, Mauro Campbell Marques e Assusete Magalhães votaram com o Sr. Ministro Relator

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO

Relator

